

# O Livro Litúrgico como programa ritual

## *O Livro Litúrgico como elemento da Tradição viva*

MÁRCIO PIMENTEL



PASCOM - PARÓQUIA S. DIMAS - BH

**S**abendo que a Liturgia não se encontra no livro, mas no corpo que age *in memoriam* de Cristo, morto e ressuscitado, é necessário nos indagar sobre o seu lugar no ato de culto. Em se tratando da celebração eucarística, a própria Instrução Geral nos oferece algumas pistas.

Tanto a Constituição Apostólica *Missale Romanum*<sup>1</sup>, com a qual vem promulgado o livro litúrgico para a celebração eucarística na Igreja de rito romano por ordem do Concílio Vaticano II, quanto o Proêmio da *Instrução Geral do Missal Romano* (IGMR), consideram o livro litúrgico dentro do processo de transmissão da fé. No primeiro

parágrafo da Constituição Apostólica se lê, sobre o Missal pós-tridentino: “[...] durante quatro séculos, os sacerdotes de rito latino o tiveram como norma para a celebração do sacrifício eucarístico”; no Proêmio da *Instrução Geral*, por sua vez, tomando como referência a ordem do Senhor de preparar a ceia pascal, afirma: “A Igreja sempre julgou dirigida a si tal ordem, estabelecendo como preparar as pessoas, os lugares, os ritos e os textos” (IGMR 1).

Nesses documentos, ambas partes do Missal, discernimos dois aspectos fundamentais para receber, acolher e dispor de qualquer que seja o livro litúrgico : esses

livros são parte e condição de se guardar e transmitir a fé viva da Igreja (= ato de tradição) e um modo de educar e formar à experiência dessa mesma fé, que na Liturgia se vê realizada de modo incomparável (cf. SC 7).

Sobre o aspecto da Tradição se pode afirmar que, historicamente, a Igreja conheceu fases de desenvolvimento da prática da oração ritual. No começo mais livres e criativas, seguindo, no entanto, esquemas bem determinados, ligados estritamente à maneira de Jesus e seu povo rezarem, o que se vê conservado nas Sagradas Escrituras. Depois, paulatinamente, com a expansão da Igreja e o contato com outros povos, com distintas mentalidades e costumes, ela estabeleceu formulários e textos para que não se perdesse o tesouro da fé. E, bem mais tarde, preocupada com o modo mesmo de celebrar, compilou instruções mais ou menos precisas sobre o “como” proceder ritualmente dentro do espectro da identidade religiosa romana – embora já influenciada pelas idas e vindas dos primeiros livros litúrgicos copiados e transferidos de uma a outra tradição cultural.

O mais significativo em tudo isso é que o livro litúrgico aparece como uma consequência da ação litúrgica e não o contrário. Primeiro celebrou-se e depois compilou-se, gradativamente, tanto o “conteúdo” quanto a “forma”, que são indissociáveis dentro de uma perspectiva identitária concreta e precisa. O livro litúrgico, então, condensa o que hoje chamamos *ars celebrandi* (a arte de celebrar) e é referência indispensável para a Pastoral Litúrgica. Exige-se, em relação a ele, tanto respeito e fidelidade – porque conserva a fé no processo de transmissão – quanto ousadia e criatividade – para que responda ao gênio de cada povo. E, assim, conjugam-se, responsabilmente, a sã Tradição e o legítimo progresso, conforme SC 4 e 23.

### **O modelo da prática**

Os princípios da sã Tradição e do legítimo progresso não devem ser lidos de maneira reducionista, como se referidos ao que se deve manter e ao que se pode inovar<sup>2</sup>. Na verdade, se trata da percepção e do cuidado em receber a forma ritual da fé estabelecida

dentro de uma identidade cultural-religiosa específica (romana, no caso) e adaptá-la no contexto vital de cada assembleia local. Desde a perspectiva mais simples das pequenas adaptações, até a tarefa complexa da inculturação, o livro litúrgico é a base sobre a qual se dão conjuntamente tradição e progresso.

Antropologicamente, se sabe que os ritos não são inventados e codificados por seu sujeito imediato. Isto é, não é da natureza da ritualidade que cada assembleia crie *ex nihilo* (do nada) aquelas ações chamadas simbólicas, capazes de formar a identidade dos fiéis. Tais ações e palavras são descobertas e recebidas como uma herança e lapidadas por cada sujeito litúrgico. A herança está codificada no livro litúrgico e pode ser chamada de “modelo da prática”. Já o mecanismo de lapidação advém do pôr em ato o modelo, ou seja, da “prática do modelo”. A Liturgia em si mesma não se identifica com o “modelo da prática”, mas com a “prática do modelo”. E o livro litúrgico surgiu não como um “modelo” pensado anteriormente à prática, mas é o resultado multissecular de práticas que se fizeram “modelo”.

Por trás dessa concepção está a contribuição de um exímio estudioso da liturgia, que muito fez para criar uma ciência específica, denominada *ritologia*: o francês Jean-Yves Hameline. Em seus estudos, Hameline conclui que os ritos se apresentam como um conjunto de determinações formalizadas que dão acesso a uma identidade facilmente reconhecível, a qual pode ser repetidamente praticada porque deles toma parte<sup>3</sup>. O programa ritual é composto por diversos dispositivos que são experimentados simultaneamente quando se celebra: as ações, os lugares e tempos, as coisas e objetos, os atos de linguagem e os atores. Sobre esses elementos já tivemos oportunidade de conversar noutro artigo, quando fizemos a análise simbólico-funcional do rito de apresentação das oferendas, conforme a proposta analítica de Pe. Maggiani<sup>4</sup>.

De fato, quando observamos um ritual em ato nos damos conta de que não se trata tão somente de “cumprir” rubricas e prescrições normativas condensadas no livro litúrgico. Celebrar implica simultaneamente:

- agir simbolicamente (dispositivo etológico) gerando significados no corpo e a

partir dos exercícios do corpo. Quando agimos ritualmente nós constituímos uma corporeidade coletiva mediante expressões e experiências comunitárias, que ao mesmo tempo nos põem em relação uns com os outros e com Deus. Assim, o corpo existe na medida que atua ou performa um gesto, que, por sua vez, é recebido dentro da corrente da Tradição;

- ocupar espaços e estabelecer ritmos (dispositivo ecológico). Um lugar torna-se sacro pela ação que nele se dá. A territorialidade é demarcada por um tipo de agir, o que se consegue no modo como os *performers rituais* (o sujeito litúrgico, a assembleia e seus ministros) se deslocam e se detêm, se avizinham e se afastam entre si e dos elementos que compõem o lugar da celebração. Já o tempo se faz sagrado pela qualidade ou densidade significativa das ações e relações; pelo “quê” de afetividade e emoção empregados e pelo grau de envolvimento conseguido;

- dispor de objetos e coisas que adquirem, por seu emprego ou manipulação, significação, constituindo-se mediação em um processo de transição (objeto transicional da psicologia winnicottiana). Em termos práticos, a identidade do fiel configurada na relação que ele estabelece com o altar, o sacrário, o cálice, o ícone ou a imagem etc;

- realizar ações pronunciando-as. Este aspecto performático e criativo da linguagem é muito importante no que toca a noção de sacramentalidade católica. Ele tem a ver com a dimensão da “confeção” da fé, mediante o emprego de expressões como: “Palavra do Senhor – Graças a Deus”; “Aleluia!”; “Confesso a Deus”; “Creio em Deus Pai”; “O Senhor esteja convosco – Ele está no meio de nós”; “Isto é o meu corpo – isto é o meu sangue”; “Eu te batizo”; “Te prometo ser fiel na alegria e na tristeza” etc;

- enxergar-se dentro da ação, como parte do evento comemorado mediante o gesto que se cumpre. A noção de assembleia celebrando, ministerialmente constituída, encaixa-se neste dispositivo do programa ritual.

A Igreja, ao recomendar, através da *Instrução Geral*, as “linhas gerais segundo as quais se deve ordenar a celebração eucarística” (cf. IGMR 12), não parece considerar o livro litúrgico como condição exclusiva para uma boa e correta celebração do mistério. Antes, o Capítulo I assume-o na perspectiva

de “custódia” de uma Tradição que deve ser recebida, discernida, acolhida e posta em prática, levando em conta a índole e formação da assembleia, requerendo sua participação direta e ativa mediante o recurso à dimensão simbólica, o respeito à ministerialidade, recorrendo também a um adequado senso de criatividade, dadas as adaptações que se possam fazer necessárias.

### A prática do modelo

Se nós observarmos a *práxis ritual* da adoração da cruz na Sexta-Feira Santa, verificaremos todos esses elementos dando-se simultaneamente. O livro litúrgico limita-se a prescrever possibilidades que resguardem o acesso da assembleia:

Para a adoração da cruz aproximam-se, como em procissão, o sacerdote, o clero e os fiéis, exprimindo sua reverência pela genuflexão simples ou outro sinal apropriado, conforme o costume da região, por exemplo, beijando a cruz. Durante a adoração cantam-se a antífona *Adoramos, Senhor, vosso madeiro*, os *Lamentos do Senhor*, ou outros cantos apropriados, sentando-se todos aqueles que fizeram a adoração.

Deve-se apresentar à adoração do povo uma só e mesma cruz. Se, por causa da grande quantidade de fiéis, não for possível aproximar-se individualmente, o sacerdote toma a cruz, e de pé, diante do altar, convida o povo em breves palavras a adorá-la em silêncio, mantendo-a erguida por um momento.

Terminada a adoração, a cruz é levada para o altar, em seu lugar habitual. Os castiçais acesos são colocados perto do altar ou da cruz.<sup>5</sup>

Essa descrição prescritiva do livro litúrgico, no entanto, não é ainda o “rito”, o qual deverá ganhar forma no corpo de uma assembleia concreta. A esse ponto, decisões deverão ser tomadas levando em consideração o que se estabelece, por exemplo, no Capítulo I da *Instrução Geral* e que corresponde quase exatamente ao que chamamos de programa ritual. No caso da adoração da cruz, por exemplo, qual a cruz? Com ou sem o crucificado? Como entrará e como será desvelada? Que tipo de gesto – o contexto pandêmico, por exemplo, pode exigir restrições? Com uma grande assembleia,

qual o tempo destinado a esse rito? Ainda no caso de uma comunidade numerosa e se os fiéis não puderem se aproximar, como resolver esse problema de interação com o “objeto transicional” – uma cruz grande? Como provocar nos fiéis o desejo de se mover em procissão e acender neles emoções que tornem o momento significativo? A dimensão artística deverá ser considerada, como sugere *Paschalis Solemnitatis*? Etc.

O que aguarda a Equipe de Liturgia, que prepara a celebração, e a Equipe de Celebração, que cumpre ministerialmente o que lhe é designado, é uma fidelidade à *performance* e não puramente ao livro, pois, como se pode perceber, o livro litúrgico é incompleto<sup>6</sup>. É necessária uma Equipe competente que possa incumbir-se de estudá-lo, decifrá-lo até, dadas algumas incongruências que surgem nas sucessivas revisões, algumas vezes por motivações ideológicas. Há decisões por tomar referentes a textos e cantos que se deva empregar nesta ou naquela ocasião, monições e introduções que são requeridas e devem ser compostas. Como a própria IGMR 352 recorda, Liturgia não se improvisa.

### Uma questão de hermenêutica

No livro litúrgico nem tudo tem a mesma importância. Em primeiro lugar está o sujeito que celebra, aquele povo concreto que, congregado em santa assembleia, celebrará a Liturgia. Em seguida, o próprio *Ordo*, ou seja, o significativo, o que e o como se deve dizer e fazer. Depois, a *Instrução Geral*, que nos dá as necessárias pistas teológico-pastorais, cerimoniais e litúrgico-espirituais para que não haja uma distância muito acentuada entre o que a tradição dispõe e aquilo que se pode (e deve, em muitos casos) adaptar ou incrementar.

Talvez nos ajude considerar o livro litúrgico como uma partitura de orquestra. Ela, em si mesma, não é a música. Esta, somente a teremos quando os *performers* – aquela grande e rica comunidade fiéis, quais instrumentistas empregarem com afeto, inteligência e fidelidade criativa toda a sua energia para interpretar e executar o que ali está codificado. Certamente estarão imbuídos de estilo próprio, mas sem deixar-se dominar, ao contrário, se permitirão guiar pelo Maestro. E o Maestro é Cristo mesmo. E porque Cristo se faz manifesto mediante os ritos e preces, sendo a Liturgia seu ícone, todos nós devemos cuidar para que dela nos tornemos servidores (cf. IGMR 24), como um músico no fim das contas está a serviço da arte que realiza.

---

<sup>1</sup> CONSTITUIÇÃO Apostólica *Missale Romanum*. MISSAL ROMANO. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. São Paulo: Palus, 1992, p. 261.

<sup>2</sup> Cf. GIRARDI, Luigi; GRILLO, Andrea. *Sacrossantum Concilium, Commentario ai documenti del Vaticano* Bologna, 2014:134.

<sup>3</sup> HAMELINE, Jean-Yves. *L'accordo rituale: pratiche e poetiche della liturgia*. Milano: Glossa, 2009, p.31.

<sup>4</sup> Cf. Revista de Liturgia 283, março-abril, p. 22.

<sup>5</sup> ADORAÇÃO da Santa Cruz. MISSAL ROMANO. Restaurado por decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI. São Paulo: Palus, 1992, p. 261.

<sup>6</sup> Cf. GIRARDI, Luigi. Celebrare com i libri liturgici: arte e stile. *Rivista Liturgica*, Camaldoli, 98 (2011), p. 966.



## Uma biblioteca chamada Missal Romano – Parte III

### *Lecionário: o livro do leitor*

JOÃO PAULO VELOSO

**N**esta série de artigos sobre os livros litúrgicos que compõem o Missal Romano, já analisamos o Sacramentário (o livro do presidente da celebração) e o Antifonário (o livro do cantor). Hoje falaremos sobre um livro litúrgico fundamental para a estrutura celebrativa, sem o qual não é possível realizar nenhum dos sacramentos: o Lecionário, ou livro do leitor.

O mais antigo atestado de uma Liturgia da Palavra na celebração da Eucaristia se encontra na 1ª Apologia de Justino, n. 67, do século II: “No dia que se chama do sol, celebra-se uma reunião de todos os que moram nas cidades ou nos campos, e aí se leem, enquanto o tempo o permite, as memórias dos apóstolos ou os escritos dos profetas. Quan-

do o leitor termina, o presidente faz uma exortação e convite para imitarmos esses belos exemplos. Em seguida, levantamo-nos todos juntos e elevamos nossas preces”<sup>1</sup>.

Nesse testemunho podemos perceber que, já no início do cristianismo, havia leituras específicas para serem realizadas aos domingos. É certo que, nos primeiros séculos, utilizava-se o método da *lectio continua*, ou seja, a leitura continuada e sequencial dos diversos escritos bíblicos. Mas de que modo essas leituras foram escolhidas e, depois, agrupadas, até se tornarem um livro derivado e independente da Bíblia? Antes de responder a essa questão, vamos analisar a figura ministerial relacionada ao lecionário, ou seja, o leitor.

## O ministério do leitor

Sendo o mais antigo ministério litúrgico não ordenado na Igreja, o leitorado era realizado por pessoas aptas, preparadas e bem fundamentadas na fé. De fato, na igreja africana, no século III, têm-se notícias de que os leitores eram escolhidos entre os que haviam confessado a fé católica diante das perseguições<sup>2</sup>. Os próprios concílios africanos atestam a importância desse ministério, determinando vários requisitos para que alguém pudesse receber a dignidade de ser leitor<sup>3</sup>. Em Milevi, também na África, eram os leitores os responsáveis por proteger a Palavra de Deus, escondendo os livros sagrados em suas casas em tempos de perseguição<sup>4</sup>.

A escolha do leitor era realizada pela comunidade, que o apresentava ao bispo como digno. O bispo, então, o instituía, usando as seguintes palavras: “Recebe e proclama a Palavra de Deus, para ter, se realizares fiel e diligentemente o teu ofício, parte com aqueles que a ministraram”<sup>5</sup>. Essa fórmula se espalhou por todo o mundo ocidental e foi usada por muitos séculos, acompanhada da entrega das Sagradas Escrituras.

No entanto, pouco a pouco esse ministério foi sendo orientado à hierarquia eclesial, tornando-se uma das várias ordens menores. Tanto no Oriente quanto no Ocidente, meninos e rapazes especialmente instruídos na fé eram escolhidos para serem leitores, para que, a partir desse ministério, eles recebessem, futuramente, as ordens maiores do diaconato e do presbiterato.

O que é comum no primeiro milênio em todas as tradições litúrgicas é que o leitor, seja criança ou não, subia a um lugar elevado para proclamar a Palavra, levando consigo seu próprio livro. Mas que livro era esse?

### A formação do lecionário

Desde o início, a Igreja realiza dois tipos de leitura da Palavra de Deus durante a celebração eucarística: a leitura continuada e sequencial dos livros, divididos em perícopes, ao longo de várias celebrações; e a leitura de perícopes específicas nas festas e solenidades. Essas leituras, nos primeiros séculos, eram escolhidas pelos bispos e, até mesmo, pelos presbíteros, mas a partir do século IV se estabeleceram listas de perícopes mais ou menos fixas.

As listas dos trechos que deveriam ser lidos configuraram-se, até o século VII, em

três modalidades: notas às margens da Bíblia; capitulários, ou seja, folhetos que continham o início e o fim do trecho a ser lido e acompanhavam a Bíblia; e o lecionário propriamente dito, um livro com a transcrição dos textos sagrados, dispostos na ordem em que deveriam ser lidos. Nas duas primeiras modalidades, a Bíblia se apresentava como um verdadeiro livro litúrgico<sup>6</sup>, lembrando que, nessa época, a Sagrada Escritura ainda não era dividida em versículos ou capítulos.

A partir do século VIII, os lecionários se impõem como o modo mais prático para a celebração. Eles são muito variados até o século XII, com leituras específicas. Alguns continham apenas as cartas de Paulo, outros apenas as cartas católicas, outros apenas o Antigo Testamento. Entre os lecionários, aqueles que sempre ganharam mais destaque foram os que continham os Evangelhos, ou seja, os evangeliários, que eram ricamente decorados com gravuras e preciosos acabamentos. Essa exuberância do evangeliário permanece até hoje.

O mais antigo lecionário do século VIII que temos é o *Comes de Würzburg*, o qual corresponde às celebrações contidas no Sacramentário *Gelasianum Vetus*, apresentando um epistolário (as leituras das cartas do Novo Testamento). No final desse século, o lecionário já continha, também, os evangelhos, como se pode observar no *Liber Comitatus* de Paris, que mesclou a tradição das leituras realizadas em Roma com a tradição galicana. No século XIII, com o advento do missal plenário, fundindo tanto o sacramentário quanto o lecionário, as leituras permanecerão praticamente as mesmas até a reforma litúrgica realizada pelo Concílio Vaticano II, em 1970.

### O lecionário hoje

A reforma litúrgica pós-conciliar, no que tange à Liturgia da Palavra, partiu da ordem de que “seja mais abundante, variada e bem adaptada a leitura da Sagrada Escritura nas celebrações litúrgicas”<sup>7</sup>. Se a partir do século XIII a praxe era de ter apenas duas leituras na missa (cartas de Paulo e Evangelho), agora retornou-se ao modo mais antigo, do primeiro milênio, com três leituras nas missas dominicais (Antigo Testamento, cartas ou Atos dos Apóstolos, Evangelho).

Foram recuperadas, portanto, as antigas listas de perícopes dos lecionários da Alta Idade Média, tanto para as leituras quanto

para os evangelhos, mantendo, no entanto, tanto quanto possível, a sequência estabelecida a partir do Missal da Cúria Romana (século XIII). Se até a reforma dos anos 1970 o lecionário estava contido dentro do próprio Missal Romano, a partir de então ele volta a ser um livro autônomo.

Atualmente, a edição em português do lecionário é dividida em seis volumes:

- **Lecionário Dominical A, B, C:** contém as leituras de todos os domingos do ano litúrgico, ao longo de três anos, ou seja, o ano em que se lê o Evangelho de Mateus (ano A), o de Marcos (ano B) e o de Lucas (ano C). O Evangelho de João é lido nos tempos fortes em todos os anos e, também, complementa o ano B.

- **Lecionário Semanal par e ímpar:** contém as leituras para as celebrações feriais, em um ciclo de dois anos (o ano par e o ano ímpar). Os evangelhos são sempre os mesmos para ambos os anos, alternando a primeira leitura.

- **Lecionário para as missas dos santos, dos comuns, para diversas necessidades e votivas:** chamado também de “santoral”, contém as leituras relacionadas a essas celebrações específicas.

- **Lecionário do Pontifical Romano:** contém as leituras próprias das celebrações presididas exclusivamente pelo bispo, como a dedicação da Igreja e do Altar e as ordenações.

- **Lecionário para missas de Nossa Senhora:** contém as leituras a serem proferidas nas diversas memórias, festas e solenidades da Virgem Maria.

- **Evangelário:** contém exclusivamente a leitura dos Evangelhos das missas dominicais dos anos A, B e C.

A terceira edição do Missal Romano<sup>8</sup>, ainda em vias de tradução para o português, contém, dentro do próprio missal, um micro lecionário, com os evangelhos para a procissão do Domingo de Ramos, e, além dele, um capitulário, com as indicações das leituras para a Vigília Pascal e para a Vigília de Pentecostes.

Todas essas leituras apresentam o panorama geral da história da salvação ao longo do ano litúrgico, de forma que os tesouros contidos na Palavra de Deus são amplamente distribuídos aos fiéis durante as celebrações eucarísticas.

Ademais, todos os livros do Ritual Romano contêm os seus próprios lecionários, com as leituras apropriadas para a celebração

de cada sacramento ou sacramental: matrimônio, batismo de crianças, iniciação cristã de adultos, penitência, unção dos enfermos, exorcismos, bênçãos, exéquias, confirmação.

Devido à importância capital das Sagradas Escrituras para a celebração dos sacramentos, não é por menos que a própria Introdução ao Lecionário, no número 35, pontifica: “os livros de onde se tiram as leituras da Palavra de Deus lembram os fiéis da presença divina, que fala a seu povo. Portanto, é preciso procurar que os próprios livros, que são sinais e símbolos das realidades do alto na ação litúrgica, sejam verdadeiramente dignos, decorosos e belos”<sup>9</sup>.

No próximo bimestre, ainda dentro deste assunto, iremos abordar aquele que é a pérola entre os lecionários: o evangelário, ou livro do diácono.

**Pe. João Paulo Veloso** é incardinado na Arquidiocese de Palmas-TO. É jornalista e mestre em Liturgia pelo Pontifício Instituto Litúrgico (Roma 2020).

E-mail: contato@padreveloso.com

<sup>1</sup> JUSTINO DE ROMA. *I e II Apologias. Diálogo com Trifão*. São Paulo: Paulus, 1995.

<sup>2</sup> Cf. Epístolas 38 e 39 de Cipriano de Cartago, escritas entre os anos 250-251, presentes a obra: CYPRIANUS EPISCOPUS CARTHAGINENSIS; DIERCKX, G. F. (ed.). *Epistularium*. Turnhout: Brepols, 1994. (CCSL III B).

<sup>3</sup> Por exemplo, o III Concílio de Cartago, do ano 435. Cf. CONCILIIUM carthaginense tertium. In: MUNIER, C. (ed.). *Concilia Africae A. 345 – A. 525* Turnhout: Brepols, 1974. (CCSL 149).

<sup>4</sup> Cf. OPTATUS MILEVITANUS. Seção VII: capítulo I. In: OPTATUS MILEVITANUS; LABROUSSE, M. (ed.). *Traité contre les donatistes*. Paris: Cerf, 1996. Tome II (livres III à VII). (Sch 413). linhas 30-31.

<sup>5</sup> Esta prece se encontra pela primeira vez no cânone 8 do IV Concílio de Cartago, do ano 436. A prece no original em latim é a seguinte: “[...] accipe et esto uerbi dei relator, habiturus, si fideliter et utiliter impleueris officium, partem cum eis qui uerbum dei ministrauerunt”. Cf. CONCILIIUM carthaginense quartum. In: MUNIER, op. cit.

<sup>6</sup> Cf. FOLSOM, Cassian. *I libri liturgici romani*. In: SCIENTIA Liturgica. Casale Monferrato: Piemme, 1998. v. 1.

<sup>7</sup> CONSTITUTIO de Sacra Liturgia Sacrosanctum concilium. In: SACROSANCTUM CONCILIIUM OECUMENICUM VATICANUM, II, 4 decembris 1963, Roma. *Acta Apostolicae Sedis – AAS*. Città del Vaticano: LEV, 1964. v. 56, p. 97-138. n. 35.

<sup>8</sup> MISSALE Romanum ex decreto Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani II instauratum auctoritate Pauli PP. VI promulgatum Ioannis Pauli PP. II cura recognitum. Editio typica tertia. Città del Vaticano: Typis Vaticanis, 2008.

<sup>9</sup> MISSAL Romano restaurado por Decreto do Sagrado Concílio Ecumênico Vaticano Segundo e promulgado pela autoridade do Papa Paulo VI: Palavra do Senhor I: Lecionário Dominical A-B-C: tradução portuguesa da 2ª edição típica para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e aprovada pela Sé Apostólica. São Paulo: Paulus, 1994.